

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as normas enumeradas na Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A entrega dos objetos deste CONTRATO, compreenderá as seguintes atividades e obrigações:

10.3. Fornecer a entrega dos objetos de acordo com a necessidade e o interesse CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, nas dependências deste Poder Legislativo.

10.4. Os serviços serão prestados conforme solicitação da contratante.

10.5. Constatando-se problemas na qualidade dos objetos fornecidos, a contratada fica obrigada a substituir e ressarcir eventuais prejuízos causados;

10.6. Comunicar a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste CONTRATO, em especial ao descumprimento da entrega dos objetos solicitado, que deverá ser solucionado em igual período 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.

10.7. Manter o contrato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos ao fornecimento dos objetos deste CONTRATO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

10.8. A EMPRESA não efetuará a entrega dos objetos sem requisição formal expedida pela CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT.

CLÁUSULA XI – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização da entrega dos serviços será exercida por um representante da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução dos objetos do presente contrato (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

11.2. A Fiscalização de que trata item 11.1 não exclui nem reduz a responsabilidade da EMPRESA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de materialidade quando ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da EMPRESA ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA XII – DO CANCELAMENTO DA CONTRATAS

12.1. O presente contrato poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:

a). Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e deste CONTRATO;

b). Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c). Judicial - nos termos da legislação processual.

e). Em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste CONTRATO;

f). Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

g). Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo do presente contrato.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial e AMM, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

Caso a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT não se utilize da prerrogativa de cancelar este contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DAS PENALIDADES

O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do a objeto adjudicado, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de

contratar com a

Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a

Administração Pública.

A Empresa, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT.

CLÁUSULA XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, por prazo de até 2 (dois) anos.

13.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, proceder a cobrança judicial da multa.

13.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT.

13.6. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couberem, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

13.7. As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

13.8. Das decisões proferidas pela Administração cabem:

13.8.1. Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos da Lei Federal nº 8.666/93;

13.8.2. Representação à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto deste contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

13.8.3. Pedido de reconsideração da Decisão da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS DE JÚLIO-MT nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA XIV – DA VALIDADE E EFICÁCIA

14.1. Incumbirá a CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste CONTRATO e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial e AMM", que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Comodoro - MT, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (tres) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Campos de Júlio - MT, 01 de novembro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO
ALEX DOS SANTOS ARAÚJO
Presidente

FASPEL CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA
GILBERTO DE OLIVEIRA
CONTRATADA
Testemunhas:

| | |
|--------------------------|--------------------------|
| NOME: Edson Araújo Silva | NOME: Vitor Hugo de Melo |
| CPF: 062.026.631-07 | CPF: 018.332.131-82 |

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

LEGISLAÇÃO

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT N.º 001/2023, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE-MT, no uso de suas atribuições legais, especificadamente no §2º do artigo 46 da Lei Orgânica Municipal e artigo 41, III do Regimento Interno, promulga a Emenda aprovada nesta casa de Leis:

Art. 1º Altera o Art. 81 e ficam criados os § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, incisos I, II, III e IV ao § 2º do Art. 81, na Lei Orgânica do Município de Guarantã do Norte/MT, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81 Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias e a proposta do orçamento anual serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno. Como também é obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As emendas ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no

exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos estritamente de ordem técnica, nestes casos, serão adotadas as seguintes medidas:

I – até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II – até 30 (trinta) dias após o término do prazo previstos no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III – até 30 (trinta) dias de setembro, ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de Lei ao Legislativo Municipal sobre remanejamento da programação prevista inicialmente cujo impedimento seja insuperável; e

IV – se até 20 de novembro, ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Legislativo Municipal não deliberar sobre o projeto, as programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 2º deste artigo.

§ 3º Para fins do disposto no caput deste artigo, a execução da programação orçamentária será demonstrada em dotações orçamentárias específicas da Lei Orçamentária Anual, preferencialmente em nível de subunidade orçamentária vinculada à Secretaria Municipal correspondente à despesa, para fins de apuração de seus respectivos custos e prestação de contas;

§ 4º A não execução da programação orçamentária das emendas parlamentares previstas neste artigo implicará em crime de responsabilidade por parte chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Esta proposta de Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, 30 de outubro de 2023.

VALCIMAR JOSÉ FUZINATO
Presidente

ZILMAR ASSIS DE LIMA
Vice-Presidente

ALEXANDRE R.R. VIEIRA
1º Secretário

DAVID MARQUES SILVA
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo nº 028/2023 – Dispensa nº 012/2023

ASSUNTO: Aquisição de 09 (nove) aparelhos de tipo tablets para atender ao programa “Vereador Mirim Formando Cidadãos Politizados”, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte.

O Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Sr. Rogério do Carmo Gabriel no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

Considerando que o Setor de Compras e Licitações esteve com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação, zelando pela plena consolidação das formalidades legais;

Considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pelo Departamento Jurídico da Câmara Municipal, que, dentre outras ponderações, sugere a Dispensa de Licitação para a referida contratação.

DECIDE.

Tendo como princípio o interesse da Administração Pública, e com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, dispensar a licitação para contratar com a empresa KATY RODRIGUES DE ALMEIDA RIBAS CHENET, inscrita sob o CNPJ nº 19.416.953/0001-63, com endereço na Avenida Tancredo Neves, nº 1.269, Centro-Sul, Sorriso-MT, CEP nº 78896-005.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: o valor total para a contratação será de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

Publique-se.

Ipiranga do Norte-MT, 03 de Novembro de 2023.

Rogério do Carmo Gabriel
Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 028/2023
Dispensa nº 012/2023

Publicação para fins dos art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tendo em vista o que consta nos autos apresentados pelo Setor de Compras e Licitações, **RATIFICO** todos os atos do presente processo de Dispensa de Licitação nº 012/2023, que tem como objeto a Aquisição de 09 (nove) aparelhos de tipo tablets para atender ao programa “Vereador Mirim Formando Cidadãos Politizados”, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, com a finalidade de fornecer tablets como ajuda de custo aos Vereadores Mirins para cumprimento no disposto no art. 12, § 1º da Lei nº 816 de 28 de abril de 2023, e **AUTORIZO** a contratação por Dispensa de licitação da empresa KATY RODRIGUES DE ALMEIDA RIBAS CHENET, inscrita sob o CNPJ nº 19.416.953/0001-63, com endereço na Avenida Tancredo Neves, nº 1.269, Centro-Sul, Sorriso-MT, CEP nº 78896-005, para aquisição de 09 (nove) aparelhos de tipo tablets para atender ao programa “Vereador Mirim Formando Cidadãos Politizados” pelo valor total de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), tudo nos termos do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Ipiranga do Norte-MT, 03 de Novembro de 2023.

Rogério do Carmo Gabriel
Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo nº 029/2023 – Inexigibilidade nº 011/2023

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em curso: 3º Encontro de Processo Legislativo – Atualização da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal, modalidade presencial, com carga horária de 20 horas.

O Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Sr. Rogério do Carmo Gabriel no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

Considerando que o Setor de Compras e Licitações esteve com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação, zelando pela plena consolidação das formalidades legais;

Considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pelo Departamento Jurídico da Câmara Municipal, que, dentre outras ponderações, sugere a Inexigibilidade de Licitação para a referida contratação.

DECIDE.

Tendo como princípio o interesse da Administração Pública, e com fundamento legal previsto no art. 25, inc. II da Lei 8.666/93, em virtude da inviabilidade de competição visto que a contratada tem singularidade com relação ao objeto, entende-se configurada a hipótese de Inexigibilidade de licitação, para contratar com a empresa **Capacitar Consultoria e Treinamento LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 31.825.556/0001-40, com sede na Rua Barão de Melgaço, nº 3988, Centro – Norte, Cuiabá/MT, CEP 78.005-300, pelo valor total de **R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)**.

Publique-se.

Ipiranga do Norte-MT, 03 de Novembro de 2023.

Rogério do Carmo Gabriel
Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 029/2023
Inexigibilidade nº 011/2023

Publicação para fins dos art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tendo em vista o que consta nos autos apresentados pelo Setor de Compras e Licitações, **RATIFICO** todos os atos do presente processo de Inexigibilidade nº 011/2023, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em curso: 3º Encontro de Processo Legislativo – Atualização da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal, modalidade presencial, com carga horária de 20 horas, para atender a demanda da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, com a finalidade de capacitação e atualização dos servidores do Órgão, e **AUTORIZO** a contratação por inexigibilidade de licitação da empresa **Capacitar Consultoria e Treinamento LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 31.825.556/0001-40, pelo valor total de **R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)**, sendo este para 02 (dois) participantes, dando um valor unitário de R\$ 1.650,00 (Um mil e seiscentos e cinquenta reais), tudo nos termos do artigo 25, II da Lei Federal nº 8.666/93.

Ipiranga do Norte-MT, 03 de Novembro de 2023.

Rogério do Carmo Gabriel
Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ATO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2023

Dispõe sobre as contas anuais de governo, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, do exercício financeiro de 2022 ao Tribunal de Contas do Estado de